

# Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto

OLIVEIRA, Aline Meneguini de

## Resumo

O artigo problematiza os processos socioeconômicos que desencadearam o desordenamento espacial do país, destacando a incongruência de um processo modernizador carregado de marginalização e exclusão social, fenômenos aos quais moradores de periferia e das favelas estão sujeitos desde os primórdios da urbanização brasileira. Se antes o escravo era destituído da propriedade de terra, na contemporaneidade a camada pobre da população é desprovida de bens de consumo coletivo urbano e de moradia adequada para seu modo de vida. Sob forte estigmatização e reprovação social, esses moradores, na maioria trabalhadores formais ou informais, sofrem com a espoliação urbana. Em contraponto ao olhar socioeconômico focado na marginalização e concentração da pobreza, discute-se a ótica dos fatores culturais, a necessidade de compreender a favela e a periferia como locais repletos de socialização e reordenamento simbólico.

**Palavras-chave:** urbanização – marginalidade – periferia – favela e identidade.

## Abstract

*The article search through the literature to understand an question the socioeconomic process that triggered the disordering country's space, as well the congruence of these phenomena with the marginalization and social exclusion, which the residents of suburbs and slums suffer from the early days of Brazilian urbanization. If before the slave was deprived of land ownership, the contemporary of the poor population is devoid of urban collective consumptions and good housing suitable for their way of life. Under strong stigma and social disapproval, these residents mostly formal or informal workers suffer from urban dispossession. Opposing the socioeconomics look about marginalization and poverty concentrations, we discuss the perspective of cultural factors, the need to understand the slums and suburbs as places full of socialization and symbolic reordering, so that the resolutions of public in context are efficient for their citizens.*

**Keywords:** urbanization – marginality – suburbs – slums and identity.

## Introdução

Este artigo tem como finalidade problematizar as argumentações a respeito da urbanização brasileira a partir de dois aspectos, o socioeconômico e o sociocultural. A fim de compreender a questão da urbanização segregadora ocorrida no país, recorre-se a referências teóricas como Kowarick (1985, 1993), Maricato (1996), Milton Santos (1994), Magnani (1998), dentre outros. Além de discorrer sobre fatores socioeconômicos, busca-se esmiuçar o processo de identificação dos moradores da periferia e da favela, os quais se encontram marginalizados, espoliados, enfim, privados de cidadania. Para tanto, é importante também compreender de que forma esses fenômenos socioeconômicos afetam a formação da identidade e a realidade desses sujeitos.

A urbanização brasileira pode ser considerada reflexo do processo de expansão industrial ou da implantação do sistema capitalista na América Latina, entendido como subdesenvolvimento por ser caracterizado como capitalismo tardio ou dependente. Essa peculiaridade agrava ainda mais a marginalização, característica inerente a esse sistema socioeconômico culminando na superexploração da classe trabalhadora por meio de ínfimas remunerações, baixo custo com reprodução da força de trabalho, precárias condições de moradia etc. Em contrapartida, considerada a análise de Magnani (1998), percebe-se que apesar de a periferia ser entendida como reduto de concentração da pobreza, trata-se também de um lócus de socialização, identificação e compartilhamento de valores e regras de convivência social. Dessa forma, os cidadãos inseridos nesse contexto vivenciam a adaptação e o reordenamento simbólico. Por isso, distanciar-se desses fatores culturais pode ser um equívoco quando se busca sanar os problemas sociais da camada mais pobre da população.

## Urbanização Brasileira: a marcha desenvolvimentista em detrimento das heranças escravistas

“O cidadão é o indivíduo num lugar” (Santos, 2002, p. 123), de modo que a cidadania está relacionada com o espaço em que se vive, sendo possível considerar a cidade como o local onde as necessidades afloram, mas também o lócus de possibilidades para resolução de conflitos e carências urbanas. A cidade, entendida como território do cidadão, perpetua as seguintes questões: como vivem

os cidadãos na cidade? Quais os serviços públicos que usufruem? Qual sua condição de trabalho? Qual é a sua renda? O que necessita? Como os moradores agrupam-se e reivindicam melhorias?

Tais questionamentos estão diretamente ligados às raízes históricas da urbanização brasileira. Segundo o Censo de 2010, 84,4% da população brasileira reside no território urbano do país. Analisando especificamente o Estado de São Paulo, o grau de urbanização alcança 95,9% da população.<sup>1</sup> Mas, ainda que o Brasil apresente altos índices de urbanização, não se pode ignorar que durante séculos o país manteve-se estritamente agrário. De modo que a história do povo brasileiro está repleta de raízes rurais. Foi do campo que se originou a civilização nacional, o que explica o fato de no período colonial brasileiro a cidade ser compreendida como emanção de poder e demarcação de território em um país distante.

Ao refletir sobre a colonização e a organização territorial brasileira é preciso demarcar o cenário de exclusão social já formulado em sua incipiente urbanização, pois a sociedade colonizada surgiu por meio de um conceito discriminador entre colonizador e colonizado: “tratava-se, portanto de um território de segregação – e exploração de riquezas, é claro, para os comerciantes e espoliadores” (Sposati, 1998, p.4). A essa cultura colonizadora deve-se somar o processo de escravidão, no qual eram erradicadas as condições humanas dos negros africanos, transformados em meros instrumentos de obtenção de riqueza.

Nessa mesma perspectiva, Maricato (1996, p.33) alerta para a importância de se compreenderem as circunstâncias que propiciaram a passagem de Brasil Colônia para país independente, destacando os seguintes fenômenos: fim da escravidão, substituição dos escravos pela força de trabalho do imigrante europeu e a demanda por trabalhador livre. Tais acontecimentos, além de antecederem o processo de industrialização e a formação da classe operária, repercutiram na maneira em que foi tratada a questão fundiária no país.

Se antes da libertação dos escravos a terra era destituída de valor – tanto para os portugueses quanto para o Império Brasileiro –, sendo necessário apenas sua ocupação ou posse para adquiri-la, a partir de 1850 o cenário foi reconfigurado e

1 IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em 14 fev. 2012.

o Estado passou a regular seu acesso: “a terra não tinha importância econômica sem os escravos, que, independente da terra, eram valiosos, utilizados também como objeto de penhores e hipotecas” (Maricato, 1996, p.35). Para a autora, com a libertação dos escravos a terra começou a ser negociada como mercadoria. No entanto, antes da abolição da escravatura sua distribuição era concedida pela Coroa Portuguesa que, devido à abundância de terras, realizava apenas um controle mais brando sobre seu uso e produtividade.

Com isso, nota-se que a propriedade da terra estava diretamente relacionada à mão de obra escrava. Mas, na medida em que os escravos conquistavam uma condição humanizada na sociedade, a propriedade da terra passou a ser regulada pelo Estado, fato que gerou e continua a ocasionar inúmeros conflitos. Ao refletir sobre a Lei de Terras e a abolição dos escravos, a autora também esclarece que ambas ocorreram propositadamente com apenas uma semana de prazo entre elas. A Lei estipulou que as terras devolutas seriam adquiridas mediante compra e venda, o que prejudicou e impossibilitou a aquisição de propriedades por trabalhadores livres e sem recursos, nesse caso, os escravos recém-libertos.

Mesmo diante dos referidos conflitos causados pela Lei de Terras, a urbanização tornou-se mais notável a partir do século XVIII, quando os senhores de engenho e fazendeiros passaram a residir na cidade e a frequentar suas propriedades rurais apenas em determinados momentos, como no corte e na moenda da cana. No entanto, foram necessários mais dois séculos para que a urbanização tomasse as características atuais.

A partir da segunda metade do século XIX e devido à intensificação da produção de café, o país distanciou-se da caracterização de “arquipélago”, no qual os territórios desenvolviam-se cada um por sua lógica e pelas relações de dependência com o mundo exterior. Nesse período, o estado de São Paulo tornou-se polo dinâmico de grande área mais ao sul do país. O território ganhou potencial fluidez, seja pela malha ferroviária seja pela melhoria dos portos e surgimento dos meios de comunicação (Santos, 1996).

Referenciada por Murilo Marx (1991), Maricato (1996) aponta nesse mesmo período o surgimento da necessidade de maior precisão nos loteamentos, distinção do que seria o chão público e o privado, alinhamento de fachadas e nivelamento das vias. O lote comercializado passou a ser de formato qua-

drangular e ortogonal, critérios que orientaram a produção do espaço urbano:

É com o início da República que se afirma o urbanismo modernista segregador. As cidades brasileiras mais importantes, em especial o Rio de Janeiro, passam por grandes transformações que procurarão adaptá-las aos novos tempos, isto é, às novas necessidades econômicas ligadas à administração e exportação dos produtos agrícolas, em especial o café, e o combate às epidemias por meio de saneamento. Um cenário que não é determinado apenas pela eficácia econômica e sanitária acompanhada as mudanças. Busca-se adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República requeria e sepultar a simbologia do passado escravista (Maricato, 1996, p.38).

As epidemias e a densidade habitacional, somadas à falta de saneamento básico, serviram como principal argumento para realizar, nesse período, a limpeza social. Negros, pedintes e desempregados de modo geral foram expulsos dos locais urbanos centrais, restando-lhes as periferias urbanas, morros e várzeas – territórios ainda não especulados pelo mercado imobiliário –, o que tornava claro o caráter segregador da cidade durante a República.

A partir desse período, a industrialização é incrementada e prevalece principalmente no polo dinâmico. Entendido de forma mais ampla, esse processo trata da integração social, criação de mercado nacional e expansão de consumo – aspectos que configuraram uma nova base econômica impulsionada pelo próprio poder público. Conforme Santos (1996, p.29), entre os anos de 1940 e 1980 ocorreu uma verdadeira inversão do local de residência da população brasileira. Comparando-se com a década de 1940, na qual a taxa de urbanização era de 26,35%, o ano de 1980 alcançou o índice não imaginado de 68,86%. Em 40 anos, a população brasileira triplicou, e a urbana multiplicou-se sete vezes e meia. Entre 1970 e 1980, incorporaram-se mais de 30 milhões de habitantes ao cenário urbano.

Do término da Segunda Grande Guerra Mundial até o final dos anos 1960, o processo de integração do território nacional viabilizou-se, e as estradas de ferro foram interligadas colocando em contato as regiões polares do país. Soma-se também um ousado programa de investimentos em infraestrutura, que objetivava a substituição de importações para formação de um mercado interno. Ainda de acordo com Santos (1996), tais investimentos permitiram um grande avanço na economia nacional.

Complementando tal ótica de análise, Maricato

(1996) assinala que entre 1940 e 1980 o PIB brasileiro crescia 7% ao ano e índices como mortalidade e natalidade apresentavam quedas significativas. No entanto, mesmo com estatísticas favoráveis, a desigualdade aprofundava-se e se acentuava entre os moradores das zonas urbanas. A respeito dessa incoerência entre índices demográficos e acentuada desigualdade:

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultaneamente e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que, com o crescimento da metrópole, também desses locais tenderão a ser expulsos se porventura sua iniciativa política ainda continuar bloqueada (Kowarick, 1985, p.85).

Infere-se que na medida em que a industrialização intensificava-se no país, ampliavam-se também as migrações internas, nas quais contingentes populacionais eram atraídos por melhores condições de vida nos centros urbanos. Porém, com a especulação imobiliária, essa população passou a apropriar-se dos locais periféricos e decadentes das metrópoles, originando os bairros de periferia.

A respeito da intensificação do processo industrial, o golpe de Estado realizado pelos militares em 1964 foi marcado como a grande alavanca do rápido desenvolvimento nacional, pois criou condições para que o país se integrasse ao movimento de internacionalização. Assim, a economia desenvolveu-se tanto para atender um mercado interno em expansão, quanto para satisfazer as demandas do exterior. Além de produtos industrializados, aqueles agrícolas não tradicionais como a soja e os cítricos foram exportados graças à modernização no campo, o que multiplicou a produtividade. Produtos tradicionais como café, algodão, cacau, trigo, hortaliças, dentre outros também foram atingidos pela mecanização agrícola. Assim, “a população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito servem como impulsão à expansão industrial” (Santos, 1996, p.36).

Esse período desenvolvimentista fez com que a classe média e os pobres fossem redistribuídos pelo espaço urbano e, com isso, as cidades grandes, capazes de acolher a camada mais empobrecida da po-

pulação, possuíam maior poder de atração. São Paulo, a mais rica do país, recebeu entre 1970 e 1980 17,37% do total de migrantes do país, o dobro dos que optaram pelo Rio de Janeiro (Santos, 1996).

Se nos primórdios da urbanização as cidades eram consideradas *habitat* dos notáveis (o padre, o juiz, o telegrafista, os fazendeiros, dentre outros), com o ímpeto do desenvolvimento, elas passaram a ser dotadas de características econômicas, nas quais o capital de giro, a disponibilidade de mão de obra diversificada, os bancários, os comerciantes e outras figuras representativas reconfiguraram seu espaço urbano, que passou a estar diretamente relacionado ao processo de produção industrial e de indústrias agrícolas não urbanas.

A partir da exposição desse recorte histórico, nota-se que a herança de três séculos e meio fundados na exploração dos recursos naturais com o trabalho direto do homem cedeu espaço, a partir da marcha de produção, à implantação do meio técnico, da tecnologia mecanizada, o que alterou de forma definitiva o espaço do cidadão, modificando tanto seu modo de vida como o uso do território.

## **Expansão industrial e marginalidade: processos inerentes ao capitalismo dependente da América Latina**

Inerente ao processo de desenvolvimento do país se situa a expansão das desigualdades sociais e a marginalização nas zonas urbanas, fenômenos que transformaram as cidades em lócus da acumulação capitalista. Porém, na mesma medida, tornaram-se aglomerados densos de espoliação urbana, de modo que “o desenvolvimento urbano desigual em vez de eliminar a herança do atraso, reproduziu-a e deu-lhe novas confirmações” (Maricato, 1996, p.31).

Baseada nas argumentações de Fernandes (1977), Maricato (1996) desenvolveu um pensamento que revela uma modernização nacional com resquícios do arcaico, sendo essa uma característica do capitalismo periférico e dependente, no qual a modernização foi processada de forma segmentada de acordo com o ritmo da fusão entre o “antigo” e o “moderno”. Dessa forma, o capitalismo latino-americano, quando comparado aos de países centrais, revela uma trilha histórica distinta marcada por fenômenos enraizados na marginalidade.

A intensificação do processo industrial nos países da América Latina culminou com a liberação de

parte da força de trabalho de produção “tradicional”. Mas essa parcela de trabalhadores não conseguiu ser assalariada e, por isso, buscou novas relações de produção, muitas vezes, arcaicas e no setor terciário. Assim, tornaram-se autônomos, prestadores de serviços, empregados domésticos, desempregados, trabalhadores informais, dentre outras categorias que formaram o cenário urbano de trabalho latino-americano. Segundo Kowarick (1985), compreender a fusão entre o arcaico e o moderno como “mundos” distintos dentro do capitalismo é um equívoco, pois a manutenção dessas formas tradicionais e a criação de outras estão integradas no modo de produção que, mesmo nitidamente capitalista em seu processo de acumulação, integra as novas formas, articula-as e delas se alimenta. Portanto, a lógica capitalista além de gerar e manter estilos tradicionais não capitalistas na divisão social do trabalho integra-as no processo de acumulação.

Tal integração não significa que a marginalidade seja solucionada, pelo contrário, desnuda os países desenvolvidos pelo fato de eles possuírem o capitalismo vinculado a ela. Mas a realidade latino-americana acarreta um fator que agrava ainda mais a marginalidade:

Ao analisar as sociedades latino-americanas, avança no sentido de *categorizar* novos processos que geram marginalidade decorrentes do fato de o sistema, além de ser capitalista, ser também *dependente*. Em outras palavras, a marginalidade teria uma significação particular nas formações sociais do continente na medida em que estas são marcadas por uma situação de dependência (Kowarick, 1985, p. 61).

Compreende-se então que a dependência a partir de sua vertente estrutural é inerente à dinâmica entre dominante e dominado. Nessa perspectiva, dominado é atribuído à característica de receptor, e com isso, os sistemas político e econômico encontram-se vinculados tanto no plano interno quanto no externo. O conceito de dependência aproxima-se do sentido de subdesenvolvido, não cabendo aqui abordar as diversas linhas teóricas sobre as relações de dependência entre países centrais e latino-americanos. O que se observa na industrialização incipiente como relação de dependência é a exportação de matérias-primas e produtos agrícolas e a intensa importação de produtos industrializados, os quais revelam um processo comercial controlado pelos interesses dos países dominantes (centrais), os quais ditavam limites à industrialização (Kowarick, 1985).

Além de excludente, a dependência dos países latino-americanos é capaz de articular e manter relações de trabalho “arcaicas” entrosadas no acúmulo de capital. Essa exclusão revela um cenário no qual a industrialização encontra-se em nível poupador de mão de obra, gerando uma quantidade pequena de empregos assalariados. Daí o interesse em preservar e criar formas não “capitalistas” de obtenção de riqueza, e assim “conferir ao capital estrangeiro a responsabilidade única no processo de marginalização social parece abusivo” (Kowarick, 1985, p.75). Seria mais pertinente afirmar, segundo o autor, que a configuração histórica dos países latino-americanos instiga as desigualdades e as contradições oriundas do próprio sistema econômico.

A marginalidade traçada por esse autor condiz com o processo de inserção no sistema produtivo, porém, tal escolha exclui outros critérios possíveis de serem analisados, como a baixa remuneração e as precárias condições de consumo, sejam elas materiais ou culturais. Em síntese, pode-se inferir que o sistema produtivo define as classes sociais na medida em que, para acumular capital, explora-se a força de trabalho por meio da mais valia<sup>2</sup> viável para tal feito, de modo que o excedente disponível é incorporado. Assim os sujeitos podem ser classificados como trabalhadores não marginais (assalariados) e marginais (não assalariados) por suas relações de trabalho não serem categorizadas como plenamente capitalistas.

Compartilhando essas convicções, Maricato (1996) explicita que o crescimento econômico nacional mostra-se profundamente concentrador de poder, riqueza e terra. Diferentemente da exclusão que ocorre nos países centrais, no Brasil o “fordismo periférico” desenvolveu-se com a exclusão social, em suma, como “modernização com exclusão”. E ainda acrescenta que “a industrialização com baixos salários é predatória com a força de trabalho, incidindo em altas rotatividades, ausência de treinamento e más condições de trabalho” (Maricato, 1996, p.39). De um lado o trabalhador não marginal era superexplorado e, de outro, o marginal vinculado à tecnologia rudimentar ou a unidades produtivas autônomas, mesmo não assalariados, cuja renda não poderia ser considerada inferior ao assalariado.

2 Entendida como expropriação do trabalho, obtenção de lucro por meio da mão de obra. Para uma compreensão mais detalhada, ver: MARX, K. *O capital*. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Observa-se, portanto, que no cerne do capitalismo dependente está a criação de uma parcela excedente da força de trabalho disponível e esta, por não ser necessária ao sistema produtivo, torna-se dispensável à expansão industrial. Por ser abundante, não se trata de um excedente de “reserva”, o que culmina na marginalidade social. Enquanto o processo capitalista explora de forma excessiva a força de trabalho proletária e repassa diminutos aumentos salariais, ele se revigora e é incrementado pela mais valia concentradora que não é vinculada à quantidade de mão de obra, e sim à qualidade da evolução tecnológica.

## **O homem marginal em meio à urbanização segregadora**

Adaptando-se ao novo cenário econômico, o contingente supérfluo para o desenvolvimento industrial reinventou sua existência e transfigurou as formas de trabalho para o próprio sustento. Consequentemente, o sujeito pertencente ao grupo “marginal” foi excluído dos benefícios inerentes à sociedade urbana. Diante desse embate, Kowarick (1985, p.26), referenciado por Park (1948 p.13-26), busca compreender a personalidade e os conflitos vivenciados pelo “homem marginal”. Ele é conceituado como o sujeito que coexiste em dois “mundos”, duas culturas e também em grupos, classes sociais, seitas religiosas e comunidades e, por isso, está sob pressão por um reajuste constante e deslocação social. Caso não esteja reajustado ao novo grupo, esse homem, já em conflito com o grupo ao qual pertencia, encontra-se à margem de ambos e não pode ser considerado integrado a nenhum deles. Tal fato ocorre também com a modernização capitalista, pois o intenso ritmo de transformação social acirra a competição econômica e a pluralidade de valores e códigos. Por possuir cunho psicológico, a teoria do “homem marginal” pouco contribui para resultados mais concretos, mas permite inferir que “trata-se da integração de ‘minorias’ ou de ‘subordinados’ que têm como ponto de referência os grupos de maior prestígio e poder” (Kowarick, 1985, p.28-29).

A marginalização afeta a consciência dos sujeitos, incentivando o inconformismo de determinados integrantes de certos grupos: “em última análise, marginais seriam aqueles que se sentem excluídos, independentemente de sua posição social e da dimensão dos entraves que estão sujeitos” (Kowarick, 1985, p.30). Nesse sentido, infere-se

que, paralelamente ao processo de desenvolvimento industrial, transcorreu na mesma medida a urbanização brasileira, ambos com a pesada carga da marginalidade e da exclusão social. Desse modo, o indivíduo atraído para as cidades por melhores condições de vida era rechaçado dos segmentos industriais e dos centros urbanos. Dessa mesma perspectiva analítica, “a evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza” (Maricato, 1996, p.55).

O acúmulo de capital não fica imune nessa reflexão, pois a condição de vida do indivíduo está diretamente relacionada à dinâmica das relações de trabalho e ao acesso aos benefícios referentes à expansão urbana. A expansão urbana desordenada pode ser considerada, portanto, o reflexo de um desenvolvimento caótico. Alijadas dos centros urbanos, seja pelos baixos salários ou pela ocupação não completamente capitalista, a parcela da população à margem da marcha desenvolvimentista passa a ocupar zonas periféricas, e o pobre, em meio a intensas transfigurações sociais e econômicas, forja um espaço para reproduzir sua força de trabalho. A respeito dos inúmeros entraves nos ambientes periféricos:

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (Santos, 2002, p.115).

Nesse sentido, ao habitar zonas periféricas, a população excedente dos sistemas produtivos industriais também proporciona infraestrutura de custos compensadores para o capital. Isso acarreta a redução de gastos com a reprodução da força de trabalho, considerando que o morador da zona urbana possui um custo urbano referente à utilização de serviços públicos, moradia, transporte, entre outros. De outro lado, ao exercer uma atividade autônoma como confecção de roupas, reparos domésticos, comercialização de alimentos, a classe

marginal passa a se reproduzir com níveis mínimos de subsistência, fazendo com que o capital remunere-os a preços ínfimos, exacerbando assim os níveis de acumulação (Kowarick, 1985).

Concomitante à pauperização absoluta ou relativa da classe trabalhadora, seja ela marginal ou não marginal, encontra-se o problema habitacional. A “desordem” urbana desenfreada avança nas cidades de modo segregador, assim como a industrialização. Tanto o trabalhador terciário informal quanto o assalariado são remetidos à busca de uma moradia com custo viável às suas respectivas rendas, porém, como o mercado imobiliário especulativo não permite o acesso às áreas legalizadas devido à baixa remuneração de ambos, a produção ilegal torna-se a única alternativa: “a desordem dos assentamentos populares urbanos tem uma ordem necessária, justificada pela própria razão de ser do modo de acumulação e sua reprodução ampliada do capital” (Gohn, 1985, p. 69).

Torna-se claro que a periferia é o destino dos pobres, da parcela da população à margem da sociedade desintegrada dos avanços econômicos, sendo que, mediante ao sistema de incongruências, eles encontram na ilegalidade a alternativa para sobreviver. E a ilegalidade é o eixo que complementa a reflexão sobre marginalização, exclusão e segregação. Nessa seara de compreensão é pertinente refletir a respeito do papel do Estado, que, diante da ocupação ilegal, mostra-se tolerante, no entanto, segundo Maricato (1996), está longe de ser um aparato respeitador das carências habitacionais e dos direitos humanos.

Para comprovar tal postura basta observar a escassez de serviços públicos e obras de infraestrutura urbana nas zonas periféricas. Infere-se, portanto, que a tolerância estatal é determinada pela especulação imobiliária e, a partir do momento que a área ocupada ilegalmente passa a interessar ao mercado, o Estado não mais ignora e tolera as ocupações. Um caso interessante ocorrido recentemente é a desocupação e a reintegração de posse do “bairro periférico” Pinheirinho,<sup>3</sup> em São José dos Campos, onde

o governo do Estado de São Paulo agiu conforme tais apontamentos.

O direito à cidade para todos passa pela problemática da urbanização desordenada e condição à moradia legal. Mesmo que a ilegalidade em muitos casos seja tolerada, seu reconhecimento é raro, pois “é evidente que estamos diante de um conflito generalizado que exigirá alguma resolução institucional à proporção das relações democráticas se ampliem e com elas a universalização dos direitos como reza a Constituição” (Maricato, 1996, p. 70).

Se em séculos passados o acesso à terra preteriu os escravos, na contemporaneidade a questão da terra continua a ser alimento de desigualdades entre classes sociais. Para Kowarick (1985, 1993), as ocorrências contraditórias realizadas pelos detentores dos modos de produção geram a espoliação urbana, que pode ser compreendida como a somatória das extorsões que se engendram por meio da deficiência ou precariedade de serviços de consumo coletivos socialmente necessários para vida urbana. Nesse sentido, a autoconstrução em áreas regulares ou irregulares torna-se a única saída do homem marginal. Além de pagar altos preços pela carência de equipamentos urbanos, este precisa custear a construção da casa própria, o que muitas vezes acarreta endividamento devido à deterioração de sua remuneração, restando apenas a alternativa do prolongamento da sua já extensa jornada de trabalho. Despender muitas horas para se locomover até o trabalho e confeccionar sua moradia têm como consequência o desgaste ao qual precisa submeter-se o homem marginal para que lhe seja garantido um direito essencial à sua existência (Kowarick, 1993).

Em suma, a periferia é a fórmula encontrada pelas classes dominantes de reproduzir a força de trabalho com mínimos gastos possíveis e, por consequência, o resultado é uma urbanização desenfreada e desordenada. Para Santos (2002, p. 105-106), ao invés de ser instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território perpassa a história e se mantém em seu papel perverso alojando e criando desigualdades sociais. Porém, em meio ao mundo de antagonismos e cercas imaginárias, a periferia não é a única forma de produção e ocupação de território na teia urbana. Espaços longínquos podem ser trocados facilmente por encostas de morros próximos ao centro urbano, o que resulta em contrastes entre cenários opostos e, dessa forma, a pobreza escancara-se e passa a ser vizinha da concentração de riqueza.

3 A reintegração de posse do bairro Pinheirinho em São José dos Campos (SP) foi realizada em janeiro de 2012, e a retirada das famílias foi intensamente divulgada na mídia devido às violações aos direitos humanos dos moradores. Mais informações podem ser consultadas: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pinheirinho-opoe-sao-paulo-a-dilma-e-ao-planalto,828173,0.htm>>. Acesso em 24 fev. 2012.

## **Favela: a cidadania emperrada diante da exclusão e pobreza**

A favela é facilmente descrita e representada como lócus da marginalidade e carrega sob sua estrutura forte conotação negativa imposta pela sociedade, que a produziu em razão da industrialização modernizadora. A favela pode ser identificada como uma “ocupação ilegal, situada nas encostas de um morro ou localizada em bairro relativamente central, com moradias precárias, sem infra-estrutura e serviços urbanos” (Valladares e Preteceille, 2000, p.461). Seu morador, o favelado, é simbolizado pelo migrante pobre e semianalfabeto incapaz de integrar-se ao mercado de trabalho formal. Sob essas concepções, ela passou a ser compreendida, tanto no meio acadêmico como na mídia, como equivalente à pobreza.

A ocupação por meio da autoconstrução é característica típica desses conglomerados, geralmente reconhecidos como casas construídas sem recuo em relação às ruas, uma colada na outra, estreitas e sempre dispostas a ganhar mais uma laje; intensa aglomeração face às vias centrais de circulação; quando construídas nas encostas dos morros, apresentam escadas, passagens apertadas e becos, além de inúmeras ligações elétricas no mesmo poste, muitos tubos de PVC nos cantos das passagens e fachadas inacabadas contrastando com os interiores acabados (Gomes, 2003). O ambiente descrito é o meio de sobrevivência desse estrato da população trabalhadora na cidade, de modo que a favela significa uma economia nos gastos com habitação, pois o custo para construir ou alugar um barraco é inferior à moradia na periferia. Outra vantagem da favelização é a economia com transporte, já que elas tendem a se localizar próximas aos centros de empregos.

Em síntese, a favela resulta na diminuição de despesas de moradia, do tempo e do custo de locomoção. Tais vantagens podem ser consideradas ínfimas, quando se leva em conta a precariedade a qual está exposta essa parcela da população, e é temeroso considerar o morador da favela como cidadão urbano, sentido a partir do qual se amplia a problematização:

Pobre dentre os pobres, esse estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma en-

grenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (Kowarick, 1993, p.88).

Ao descrever os favelados como “pobre entre os pobres”, Kowarick direciona a problemática para o campo da pobreza e da exclusão social. Sob o mesmo prisma de análise, “a pobreza não é um dado marginal, mas estrutural” (Maricato, 1996, p.104), pois é inerente à modernização capitalista recorrente desde os primeiros ímpetus industriais. Sendo assim, os pobres identificados como marginais deveriam ser compreendidos como sujeitos “trabalhadores expropriados dos frutos do desenvolvimento econômico e do bem-estar social” (Levinas, 2002, p.44). E, por consequência, a pobreza, como retrato implícito da desigualdade e expressão da contínua segregação territorial em contraste com os benefícios coletivos da concentração de riqueza.

Nessa mesma ótica, a autora vai além da sua afirmação de que a pobreza é retrato da desigualdade e acredita que “exclusão e pobreza são fenômenos quase indissociáveis ou que, pelo menos, tendem a se reforçar mutuamente” (Levinas, 2002, p.47). Assim, a pobreza é caracterizada como fato eminentemente urbano, pois sua reprodução é mediada pela reprodução do modo de vida urbano por meio do dinamismo do mercado de trabalho, pelos mecanismos de proteção social e do pacto de coesão social, os quais estruturam o conjunto de relações entre Estado, mercado e sociedade.

A pobreza pode ser avaliada por critérios objetivos como falta de renda, de moradia e de capital humano. Já a exclusão é avaliada por aspectos subjetivos promotores de sentimentos de rejeição, perda de identidade, desvinculação de laços comunitários e sociais, tendo como consequência uma rede de sociabilidade com quebras de reciprocidade e solidariedade. Nesse contexto, “a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa esco-

laridade, sobretudo, a ausência da cidadania” (Maricato, 1996, p.57).

Em suma, percebe-se a distinção na concepção de pobreza e exclusão, e mesmo que se crie um paralelo conceitual entre ambas, a exclusão trata de uma questão mais abrangente por se referir ao empobrecimento não de bens de consumo, mas de relações sociais, falta e ruptura de vínculos que definem o lugar e a identidade do indivíduo. Diferentemente, a pobreza é estimada por um quadro de carências que cresce conforme os níveis de desenvolvimento econômico, ao passo que a exclusão torna-se mais grave porque está relacionada à perda de identidade, ao não pertencimento e à perda de valor intrínseco.

Desse ponto de vista, Sposati (1998), além de compreender a exclusão como negação da cidadania, acredita que o conceito de exclusão atualmente confronta-se diretamente com a concepção de universalidade juntamente com os direitos sociais e de cidadania. Para a autora, pobreza e exclusão possuem uma distinção, a primeira, por conter elementos culturais e éticos, refere-se à estigmatização e à discriminação, já a segunda é definida por uma situação absoluta ou relativa. Portanto, não são concepções sinônimas, pois a noção de exclusão vai além da capacidade de aquisição relacionada à pobreza, remete-se às condições comportamentais e atitudinais que não estão relacionadas somente a não retenção de bens.

É inegável que o padrão de moradia reflete todo o processo de exclusão social e discriminação presente na sociedade brasileira. E o fato de o indivíduo ser identificado como favelado diante da sociedade desqualifica-o e representa nele certa vulnerabilidade, que o atinge não somente enquanto morador, mas como cidadão em suas mais distintas facetas. Nesse sentido, estudos nas periferias e favelas da metrópole de São Paulo incidam que “face a essa contingência, o favelado tende a perceber-se no cenário urbano de São Paulo como uma pessoa sem direitos e sem formas de organização para obtê-los” (Kowarick, 1993, p.92). Esse autor aponta que a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamen-

te forte, formador de uma representação que condensa os males de uma pobreza excessiva. Ela é observada pela cidade como uma realidade doentia, uma praga, uma calamidade pública que destoa dos outros ambientes urbanos.

Sob essa perspectiva, “a redemocratização não estará completa enquanto todos não sejam considerados igualmente cidadãos, seja qual for o lugar em que se encontrem” (Santos, 2002, p.121). Para que a ampliação da cidadania ocorra, são necessárias profundas transformações no mercado, no acesso à propriedade da terra, na produção do espaço e nas relações entre Estado e sociedade. Além de garantir os direitos contidos no texto da lei e a prática dos direitos fundamentais, é preciso promover a cidadania por meio de mudanças estruturais e estratégicas, a começar pela participação e reconhecimento das classes marginalizadas no âmbito dos centros de decisões a fim de que seus direitos fundamentais sejam exercidos. No entanto, para que tal inserção ocorra, os sujeitos residentes na periferia ou na favela precisam vencer uma luta diária contra o estigma e os conflitos de identidade que os perseguem e lhe são atribuídos pela sociedade.

## **A periferia e a favela sob o olhar sociocultural**

As palavras favela e periferia, assim como favelado e periférico, carregam juízo de valor destinado à valoração negativa, desordenada, suja e não polida. Associa-se também ao favelado à má conduta, delinquência e pobreza. Portanto, a sociedade frequentemente atribui pré-julgamentos, que culminam na estigmatização, discriminação e exclusão social desses moradores. O olhar homogêneo é lançado não apenas para a generalização da pobreza, mas para o reconhecimento dos indivíduos pertencentes às áreas empobrecidas. Nesse sentido, atenta-se para construção do imaginário dos cidadãos mais privilegiados, através do qual a presença da favela ou da periferia choca e intimida: “alarma a consciência tranquila, que adivinha no amontoado de barracos um foco de delinquência, promiscuidade e vadiagem” (Kowarick, 1993, p.161).

Em meio à violência, tráfico de drogas, vadiagem, promiscuidade e demais fatores também descobertos em qualquer bairro popular da teia urbana, encon-

tra-se tanto na favela quanto na periferia, de forma prioritária, a classe trabalhadora. Esta, mesmo reproduzindo a força de trabalho da maneira em que lhe é possível, sofre fortes discriminações e exclusões que comprometem a formação de sua identidade. No entanto, o olhar da sociedade para a favela e a periferia condiz com a visão que seus moradores possuem do lugar onde vivem e de quem são.

Tanto para Hall (2006) quanto para Bauman (2003), a identidade está sempre em um processo sem fim, incompleto, em construção e sendo formado. Ou seja, “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (Hall, 2006, p.10). O sujeito pós-moderno pode estar em contínuo processo de formação de identidade, que é deslocada e fragmentada. Mas, para que ele consiga reconhecer-se como um ser autônomo, identifica-se com instâncias mais amplas como membro de uma sociedade, grupo, classe, nação ou algo que ele possa reconhecer como pertencente, ou seja, para que se sinta instintivamente acolhido (Scruton, 1986 *Apud* HALL, 2006, p.13).

Diante dessas circunstâncias fluidas, a identificação com uma “comunidade” ainda é necessária, pois o olhar do outro ainda interessa e preocupa. Nesse sentido, a identificação comunitária possui a função de confirmar a propriedade de escolha emprestando parte de sua gravidade à identidade a que confere e, com isso, fornece a “aprovação social”.

Cabe nesse momento ressaltar que os extremos entre ricos e pobres – seja na modernidade industrial ou na pós-modernidade global e fluida – continuam assolando a sociedade, “o abismo entre os ricos e os pobres, e entre os mais ricos e os mais pobres se amplia ano a ano tanto entre as sociedades como dentro delas, em escala global e dentro de cada Estado” (Bauman, 2003, p.80). O abismo social continua perpetuando desigualdades, agora em meio ao consumismo impiedoso que arremata o sujeito pobre a uma extrema carência de bens e reconhecimento, e o sufoca de estigmatizações.

Sob o olhar da classe dominante, a periferia e a favela são consideradas lócus de concentração da pobreza, exclusão, delinquência e outros aspectos negativos. No entanto, o que é a favela, o que é a periferia no olhar do seu morador? Compartilhando desse mesmo questionamento, o pesquisador Burgos (2009) acredita que, na visão do favelado, as favelas assumem o lugar de acolhimento, soli-

dariedade, resistência e preservação cultural. Se na sociedade em geral os favelados não se encontram acolhidos devido aos fortes estigmas, na favela seus habitantes sentem-se pertencentes ao lugar e se identificam com os outros moradores.

Se a favela carioca e seus processos de representação social são objetos de estudo para Burgos (2009), a periferia paulistana sob o olhar distinto das supostas crescentes exclusão e marginalização é o objeto empírico pesquisado por Magnani (1998), que a entende como uma realidade construída por moradores de diversas origens (migrantes), resultado de adaptação e transformação de modos de vida com a rotina exigente do trabalho. Para esse autor, nos bairros periféricos é possível identificar nos cotidianos familiares resquícios de cultura nordestina, mineira e de outras regiões que, ao se misturar aos equipamentos urbanos, constroem nova identidade, novos laços de parentesco e vizinhança. Nesse processo fica claro o enfrentamento entre o velho e o novo, cultura rural e sociedade urbana industrial. Em meio às diversas transformações e ressignificações, hábitos permanecem, alguns se modificam e outros se extinguem, implicando no reordenamento do estoque simbólico dos moradores de bairros periféricos. Diante dessa reordenação de modos de vida, é possível analisar o cotidiano desses moradores sob outro foco:

Apesar do interesse despertado ultimamente pelas condições de vida das populações dos bairros periféricos, suas associações e movimentos reivindicativos, existe, entretanto, toda uma realidade que faz parte do cotidiano dessas populações, mas que normalmente escapa às atenções e foge do interesse político imediato: é o bar da esquina, são os clubes de futebol de várzea, as “casas do norte”, os bailes populares (farrós, rodas de samba, *funk*, *soul*), grupos de mutirão, danças de devoção ligadas ao catolicismo rural, rituais de umbanda e candomblé, curandeiros e benzedeadas, sistemas de excursões populares, duplas sertanejas, circos, etc. (Magnani, 1998, p.25).

Já que o crescimento das cidades implicou o crescimento do processo migratório, através do qual os migrantes concentraram-se em zonas periféricas, compreender a periferia significa entender a latente necessidade de reordenamento simbólico sentida pelos migrantes em sua “nova” realidade. Mais que um deslocamento geográfico, econômico ou urbanístico, tal processo culminou em mudanças profundas em seu modo de vida, na forma que

satisfaz suas necessidades e no surgimento de novas sociabilidades. Pode-se inferir, à luz de Stuart Hall (2006), que se trata de um deslocamento do processo de identificação que faz com que o sujeito pobre e migrante reinvente-se, descarte e descubra novos “fragmentos identitários”, e assim forme uma nova identidade. Nesse sentido:

Urge na grande cidade, reconstruir uma nova identidade, reconstruir laços de parentesco e vizinhança, acostumar-se aos equipamentos urbanos. Nesse processo, junta-se o velho ao novo, tradições rurais com valores próprios da sociedade industrial; algumas coisas permanecem, muitas se transformam, outras ainda desaparecem.(...) Mais relevante que lamentar a perda de uma suposta autenticidade, no entanto, é tentar analisar as crenças, costumes, festas, valores e formas de entretenimento na forma em que se apresentam hoje, pois a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de uma constante recriação, num espaço socialmente determinado (Magnani, 1998, p.25-26).

A trama social desenvolvida pelos moradores da periferia constitui um universo simbólico longe de ser único e sólido, pelo contrário, encontra-se fragmentado de normas, regras e valores; da coexistência de tradições, crenças religiosas e valores oriundos da sociedade industrial. Diferentemente do que ocorre nos bairros urbanos de classe média, nos quais as relações sociais priorizam relações de trabalho e não de vizinhança, nos bairros periféricos a teia de relações combina laços de parentesco, vizinhança e procedência. Já que esses moradores estão sujeitos à alta rotatividade do mercado de trabalho e convivem num ambiente imerso de precariedades, eles tendem a construir vínculos e laços afetivos mais densos. Em vista disso, “é principalmente o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço” (Magnani, 1998, p.116). O “pedaço” é explicitado como território intermediário entre o privado (a casa) e o público, ambiente que desenvolve a sociabilidade básica.

Assim como as favelas estudadas por Burgos (2009), Valladares e Preteceille (2000) e outros autores, as periferias pesquisadas por Magnani (1998) não são configuradas por uma realidade homogênea. Pelo contrário, encontram-se repartidas social e territorialmente por meio de regras, acontecimentos, vínculos e eventos. Por conta desses aspectos,

tornam-se lócus denso de significação levando-se em consideração que são construídos por relações.

Para a sociedade ampla, aquela além da soleira das casas, os favelados e os moradores das zonas periféricas são identificados com base em fortes estigmas e discriminações como a cultura da violência e a concentração de pobreza. Mas entre os próprios moradores, devido ao campo de mediações constituído de regras, normas e valores condizentes a auto-organização, as pessoas são diferenciadas e identificadas de maneira peculiarmente diferente da identificação produzida pela interpelação da sociedade como um todo. Portanto, a favela e a periferia, além de serem apenas o habitat da concentração da marginalidade e da exclusão, propiciam o surgimento de associações e movimentos sociais reivindicatórios.

Desconhecer ou ignorar essa significação e tal sociabilidade, ou interpretá-las como se não tivessem importância e fossem comprometedoras da eficiência da ação política é analisá-las por meio de uma lente superficial e distorcida. A compreensão de fatores culturais levaria a sociedade e os representantes políticos a avaliarem de forma mais aprofundada e coerente as reivindicações por melhores condições de vida oriundas de diversos movimentos sociais. Pela análise dos fatores culturais torna-se possível compreender a densidade relacional, as fragmentações e os deslocamentos no processo de identificação. As novas formas de lazer como o bar, o baile funk, a dupla sertaneja, a sinuca, dentre outros, revelam um cenário fértil de apropriações, de novas necessidades, confrontando o tradicional com o moderno e o rural ao urbano.

Em constante adaptação e ressignificação de sua própria forma de vida, esses sujeitos descartaram e recriaram muitas partes de sua identidade, de acordo com o lugar onde passaram a viver. É fato que o progresso industrial alimentou-se do acúmulo de capital de uma parcela da população excluída dos benefícios do desenvolvimento, mas nem por isso esses indivíduos sobreviveram de forma amorfa, alienada e sem possibilidade de participação. Pelo olhar dos fatores culturais apresentados nos estudos dos teóricos referenciados, é possível vislumbrar que em meio à sociabilidade desses locais os indivíduos que não recebiam o reconhecimento merecido pela sociedade de forma ampla olhavam-se de modo distinto, longe da estigmatização generalista. E assim os sentimentos de solidariedade e de pertencimento tornaram-se instrumentos na formação de suas identidades.

## Considerações Finais

Ao compreender o cidadão como o homem num lugar é importante entender os processos socioeconômicos que acarretaram a distribuição e a produção do espaço urbano e que culminaram na configuração atual do território brasileiro. Por meio de um recorte histórico e com objetivo de construir uma linha temporal de importantes acontecimentos que propiciaram transformações e instigaram o desordenamento espacial urbano originando as periferias e favelas contidas de moradores pertencentes à classe trabalhadora, seja do mercado formal ou informal, destacou-se a colonização, a escravidão/abolição, a imigração europeia, a Lei de Terras, a expansão industrial pós-guerra, a ditadura nacional, os intensos processos de migração e êxodo rural, além de outros fenômenos.

Com a reflexão apresentada, constata-se um cenário no qual os moradores que contribuem diariamente para a engrenagem do sistema produtivo encontram-se contraditoriamente destituídos dos benefícios coletivos da vida urbana. Além de trabalhadores, a periferia e a favela também acolhem a violência, a delinquência, a promiscuidade e o tráfico de drogas, e tais aspectos são evidenciados e generalizados pela sociedade em seu sentido mais amplo. Porém, ao identificar esses lugares como locus da concentração da pobreza e da cultura da violência, ignora-se o fato de que dentro desses ambientes existem nuances, diferenciações e desigualdades. Portanto, representar a periferia e a favela com o olhar homogêneo de forte estigmatização demonstra certo distanciamento da realidade vivida

por esses moradores. Mais que a negação de uma cidade ideal, esses lugares são ambientes densos de significação e de reordenamento simbólico.

É inegável a associação do lugar onde se vive à identificação do indivíduo e, diante disso, o cidadão é representado não só por sua ocupação no mercado de trabalho, mas também por sua moradia, fato que reverbera a estigmatização e a discriminação baseadas no olhar generalizador. No entanto, sob um olhar mais aprofundado e destituído de estigmas compreende-se como um equívoco a fórmula representativa compartilhada na sociedade a respeito das favelas e periferias.

Mais intrigante do que problematizar as raízes da espoliação, segregação e exclusão social sofridas por esses moradores, é investigar o olhar deles para si mesmos e para seus vizinhos. Com esse ímpeto motivador e subsidiado pela interpretação dos fatores sociais, se buscou revelar um cenário de forte identificação e acolhimento nas periferias e favelas, mesmo em meio à desaprovação social. Este artigo também defende que a densa sociabilidade desses lugares formula valores e regras de convivência e configura estruturalmente o espaço em que esses moradores vivem. Diante de tais reflexões compreende-se, portanto, que em meio ao processo contemporâneo de formação de identidade fragmentada e deslocada, esses moradores encontram no “pedaço” o abrigo, a aprovação e as formas de lutar pela sua cidadania, fazendo com que a percepção de si mesmo não seja equiparada à representação que a sociedade atribuiu-lhe de maneira discriminatória e estigmatizada.

---

## Referências

- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BURGOS, M.B. Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento. In: *Caderno de Textos: Seminário O que é a favela afinal*. Observatório da favela e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 19 e 20 de agosto de 2009.
- GOHN, M.G.M. *A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMES, P.C.C. Estranhos Vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira. *Revista Anuário Americanista Europeu*, 2003, nº1, p.171- 177.
- HALL, S. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11ª edição, 2006.
- LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: tradições regionais de duas categorias na pratica. *Revista Econômica*, v.4 n.1, p.25-59, junho 2002.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEITÃO, G. Quem conhece uma favela conhece todas? Caderno de Textos: *Seminário O que é a favela afinal*. Promovido pelo Observatório da favela e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 19 e 20 de agosto de 2009.

MAGNANI, J.G.C. *Festa no Pedacço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SPOSATI, A. *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. Comunicação apresentada no Seminário Exclusão Social promovido pela PUC/SP, em 23/04/1998.

VALLADARES, L; PRETECEILLE, E. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, R. (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desigualdade%20entre%20os%20pobres%20-%20favelas.pdf>>. Acesso em 14 fev. 2012.

**Aline Meneguini de Oliveira** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, membro do Grupo de Pesquisa Mídia e Sociedade, vinculado ao CNPq, e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: <alinemeneguini@yahoo.com.br>.

Recebido para avaliação em março de 2012. Aprovado para publicação em julho de 2012.